



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SECRETARIA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO SETOR
DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

EDITAL N. 01/2015 – CSE/SCJ

O Comitê Setorial de Extensão do Setor de Ciências Jurídicas anuncia a **ABERTURA DAS VAGAS** para Bolsistas e Voluntários nas modalidades Extensão e Fundação Araucária, para atuar nos Programas e Projetos de Extensão Universitária deste Setor.

1. A realização das inscrições para os alunos será no período de **11 a 20 de maio de 2015**, através do envio de email para o endereço: direitoext@gmail.com
2. **Informar no corpo do email:**
 - 1.1 Nome Completo;
 - 1.2 Telefones para contato;
 - 1.3 Nome do projeto (os), limitado a **02 (duas)** opções;
3. A chamada será realizada através do e-mail encaminhado na inscrição, no dia **25 de maio de 2015**, informando a data e hora da entrevista com o (a) coordenador (a) do projeto;
4. Não há previsão do número de bolsas por projeto, os alunos selecionados atuarão como voluntários até a publicação da distribuição das bolsas, o pagamento será retroativo de 01 de maio de 2015;
5. O edital completo da PROEC está disponível em <http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2015/Edital%20PROEC%2004BolsaExtensao2015.pdf>
6. Segue o resumo dos projetos.



1. ACESSO À SEGURIDADE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Coordenação: Prof. Sidnei Machado.

Resumo: O projeto pretende problematizar as demandas da comunidade e ajudá-la a construir alternativas de enfrentamento jurídico por meio de demandas judiciais coletivas e formação jurídica dos envolvidos. O principal foco do projeto gira em torno do combate e do reflexo jurídico de substâncias químicas tóxicas em todos os níveis de produção. Dentre elas, especialmente visa-se o combate e a proibição do uso do amianto – fibra mineral utilizada na produção de caixas d’água e telhas -, substância altamente tóxica e cancerígena que é amplamente usada pelo Paraná, mesmo já tendo sido proibida em 4 Estados brasileiros e diversos países do mundo. Além disso, pretende atingir, também, aqueles expostos ao benzeno, em plataformas de petróleo. Em ambos os casos, existem inúmeros direitos sociais e fundamentais, especialmente quanto à seguridade social e o reconhecimento de doenças provenientes dessa exposição como doenças ocupacionais.

2. A PRÁTICA DO DIREITO DO CONSUMIDOR: PARA ALÉM DA SALA

Coordenação: Marcelo Conrado

Resumo: Tem a finalidade de solucionar conflitos nas relações de consumo, bem como orientar, educar, proteger e defender o cidadão. Dentro deste contexto, os alunos envolvidos no projeto de extensão irão atuar em audiências orientando o consumidor sobre seus direitos nos conflitos com o fornecedor. Além de acompanhar o consumidor na audiência, supervisionados pelo professor coordenador do projeto, os alunos irão colher informações sobre as audiências realizadas, por meio de um relatório, para que se possa, ao final do projeto, formar um panorama sobre os direitos dos consumidores, bem como identificar os casos resolvidos e as demandas que se repetem. Ainda, os alunos atuarão elaborando cartilhas informativas sobre os direitos do consumidor e também irão atuar na pesquisa e preparação de Ações Cíveis Públicas, a serem propostas pelo PROCON/PR, pois é este órgão quem detém legitimidade para a sua propositura. O projeto apresenta-se como um importante instrumento de contato do aluno com a prática jurídica e com situações reais de conflito que requerem soluções. O projeto, por fim, alia o ensino, a pesquisa e a extensão, aproximando a Universidade e a comunidade em busca da efetividade dos direitos do consumidor na construção da cidadania.

3. TRABALHO DECENTE, DIREITOS HUMANOS E ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

Coordenação: Prof. Sandro Lunard Nicoladeli

Resumo: Estudo sobre as questões jurídico-político-sociais que envolvem as violações de direitos humanos na forma de exploração do trabalho forçado ou escravidão em condição análoga, no âmbito de Curitiba e região Metropolitana. A definição da OIT de trabalho forçado é composta por dois elementos básicos: trabalho ou serviço imposto sob ameaça de punição e executado involuntariamente, conforme explicitado nas Convenções nº 29 de e nº 105, sendo que sua superação conforma a ideia de trabalho decente do qual o Brasil está compromissado por meio do Plano Nacional para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SECRETARIA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO SETOR
DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

Erradicação do Trabalho Escravo. Noutras palavras, o trabalho escravo contemporâneo é aquele em que o empregador sujeita o empregado a condições de trabalho degradantes e o impede de desvincular-se dessa sua condição. Destacam-se alguns fatores que caracterizam essa condição: retenção de salários, a violência física e moral, a fraude, o aliciamento, o sistema de acumulação de dívidas (principal instrumento de aprisionamento do trabalhador), as jornadas de trabalho longas, a supressão da liberdade de ir e vir, o não fornecimento de equipamentos de proteção, a inexistência de atendimento médico, a situação de adoecimento, o fornecimento de água e alimentação inadequadas para consumo humano.

O Estado brasileiro, por meio do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, compromete-se superar o desafio que pontua o Brasil no seu déficit social nessa forma pré-moderna de exploração do trabalho humano. Assim, tendo o trabalho escravo definido como eixo de atuação institucional do Ministério Público do Trabalho da 9ª. Região, na tutela dos interesses individuais homogêneos dos trabalhadores em condições de escravidão ou análogo. Nesse sentido, o projeto pesquisará a atuação do MPT nas medidas administrativo-extrajudiciais, de identificação dos grupos, delimitação geográfica e segmento econômico, via inquérito civil ou de ações de fiscalização da auditoria do Ministério do Trabalho e Emprego, como também o estudo das medidas judiciais (ação civil pública) que promovam a repressão ao trabalho escravo contra empregador, tomador ou aliciador de mão de obra.

4. CANAL DIRETO VILA DAS TORRES

Coordenação: André Giamberardino

Resumo: A Comunidade de Vila das Torres é situada muito próxima ao Centro de Curitiba/PR, mas há poucos canais abertos de diálogo e intercâmbio para com o meio acadêmico. Conjugando um perfil heterogêneo quanto à ocupação de seus moradores no mercado de trabalho e diversos grupos socialmente vulneráveis, especialmente adolescentes em conflito com a lei e jovens adultos, a abertura de um “canal direto” para com a UFPR, através de seu Núcleo de Prática Jurídica, aproximando ensino jurídico, pesquisa e extensão universitária, guarda imenso potencial transformador tanto para a comunidade externa como para a comunidade universitária.

5. DIREITOS HUMANOS E ASSESSORIA JURÍDICA

Coordenação: Roberto Del Claro

Resumo: A assessoria jurídica, direito fundamental previsto na Constituição Federal, consiste no trabalho desenvolvido pelos docentes do NPJ/UFPR, por advogados populares, estudantes e servidores, para a concretização de direitos humanos fundamentais, entre outros; de assistência, orientação jurídica e/ou educação jurídica; com o objetivo de viabilizar um diálogo sobre os principais problemas enfrentados pelo povo para a realização de direitos fundamentais para uma vida com dignidade.



6. DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONCRETIZANDO A CIDADANIA

Coordenação: Adriana Espíndola Correa

Resumo: O projeto visa apoiar às atividades do Centro de Defesa da População em Situação de Rua do Paraná no tocante a assessoria jurídica em casos paradigmáticos, acompanhamento das políticas públicas e orientação jurídica.

7. CONCRETIZANDO OS DIREITOS HUMANOS LGBT

Coordenação: Ana Carla Harmatiuk Matos

Resumo: O Projeto “Concretizando os direitos humanos LGBT” tem o intuito de ampliar os canais de participação da sociedade civil, em parceria com a Universidade Federal, na elaboração e acompanhamento de políticas públicas específicas destinadas a este grupo vulnerável e promoção e defesa de seus direitos. A Universidade Federal do Paraná, numa perspectiva de ensino contextualizado, voltado à sensibilização e emancipação de sujeitos, é meio fundamental de formação de profissionais habilitados e competentes. Por outro lado, os órgãos do poder público e entidades da sociedade civil são extremamente carentes de apoio técnico e jurídico e de subsídios científicos na formulação e execução de seus planos de ações.

Nesse sentido, o projeto dará ênfase às seguintes linhas de ações: Democracia participativa; Levantamento de dados e definição das demandas dos grupos em situação de vulnerabilidade; Formulação de políticas públicas; Sensibilização da sociedade em geral em relação aos direitos da comunidade LGBT; Formação de agentes sociais, pessoas políticas, gestoras e gestores públicos com vistas à promoção e defesa dos direitos LGBT; e Implementação de instrumentos jurídicos nacionais e internacionais de proteção aos direitos LGBT.

Este projeto é desenvolvido em parceria com o Ministério Público do Paraná, a Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Paraná e a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.

8. IGUALDADE E GÊNERO: ENFRENTANDO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Coordenação: Priscilla Placha

Resumo: O principal objetivo é contribuir com Poder Público e Sociedade Civil para o aprimoramento da política públicas de atendimento a mulher vítimas de violência doméstica, em especial na cidade de Curitiba e região metropolitana (regiões identificadas no mapa da violência). A metodologia se assentará em rodas de discussão e posteriormente em oficinas de capacitação e sensibilização de agentes públicos e sociedade civil. Podemos nos referir a dois tipos de impactos: 1. Institucional - contribuir para a melhoria da atuação dos órgãos públicos no atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, com minimização dos problemas no fluxo; 2. Sócio- Cultural - ampliar a cultura de enfrentamento as questões de discriminação de gênero e violência contra mulher no Poder Público e na sociedade civil.



9. CIDADE EM DEBATE: TERRITÓRIO, CONFLITOS E A QUESTÃO METROPOLITANA

Coordenação: Leandro Franklin Gorsdorf

Resumo: O Projeto “Cidade em Debate” tem o intuito de ampliar os canais de participação da sociedade civil em um processo que divulgue as ações, propostas e que impulsionem possibilidades e garantia do desenvolvimento de políticas setoriais para a construção de uma cidadania plena e principalmente, para que a população esteja atenta, participe, fiscalize, exerça seus direitos e cumpra seus deveres, garantindo o exercício do Direitos a Cidade. O projeto pretende através de algumas linhas de ações: Gestão Democrática; Habitação e Regularização Fundiária e Implementação de Instrumentos Jurídicos Urbanísticos. Para ampliar esta dimensão do Direito a Cidade se pretende discutir junto aos gestores públicos e da sociedade civil, os conflitos coletivos fundiários e o processo de ordenamento territorial dos municípios da região metropolitana de Curitiba, com vistas a constituir pactos. Este projeto é desenvolvido em parceria com Observatório de Políticas Públicas do Paraná.

10. CONFLITOS SOCIOAMBIENTES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Coordenação: Katya Regina Isaguirre Torres

Resumo: A atividade extensionista objetiva identificar os conflitos socioambientais enfrentados pelas comunidades tradicionais. Sua reflexão central se retira da concepção arendtiana do “Direito a se ter Direitos”, concentrado-se no exame das tensões e conflitos gerados pela implantação do sistema nacional de Unidades de Conservação e os processos de desterritorialização que contribui para a invisibilidade desses grupos sociais como sujeitos de direitos.

11. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA 2ª EDIÇÃO

Coordenação: Katya Regina Isaguirre Torres

Resumo: A proposta de extensão objetiva a socialização do conhecimento acadêmico e consiste na criação de um espaço de articulação entre alunos do curso de direito e os agricultores agroecológicos de Curitiba e região metropolitana, estabelecendo um canal de comunicação que propicie conhecer as principais questões e dúvidas sobre a participação nesses programas governamentais. De posse dos dados e valendo-se metodologicamente da observação participante realizada nas reuniões bimestrais promovidas pela Associação para o desenvolvimento da agroecologia (AOPA) serão realizadas oficinas que favorecerão a troca de conhecimentos entre os grupos. Como resultado final espera-se a articulação entre teoria e práticas democráticas, demonstrando a indissociabilidade do ensino/pesquisa/extensão como forma de ressaltar



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SECRETARIA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO SETOR
DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

a importância da universidade na análise crítica do conjunto de políticas públicas fomentadoras de estratégias sustentáveis ao desenvolvimento nacional.

12. CENTRO DE CONCILIAÇÃO PRÉ-PROCESSUAL DA UFPR – FASE 2

Coordenação: Maria Cândida Kroetz

Resumo: O projeto destina-se a formação de conciliadores e criação de um Centro de Conciliação Pré-processual na UFPR com o objetivo de possibilitar o acesso à justiça, a orientação jurídica e a construção de uma cultura de paz social, por meio dos métodos consensuais de solução de conflitos.

13. PROMOTORAS LEGAIS POPULARES: MULTIPLICANDO CIDADANIA E EMPODERANDO MULHERES

Coordenação: Melina Fachin

Resumo: O Projeto de Promotoras Legais Populares em Curitiba surgiu da necessidade de enfrentar situações de desigualdade e dos diversos tipos de violência sofridos pelas mulheres (violência doméstica, violência sexual, violência institucional, violência simbólica, entre outras), a partir da experiência deste projeto em outros estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul. O “carro-chefe” das PLP em Curitiba é a promoção de um curso para mulheres do meio popular e lideranças comunitárias, com o intuito de possibilitar que as mulheres percebendo-se em contextos de exploração e dominação, visualizem formas de melhorar suas condições de vida através da organização política. Assim, as PLPs aplicam uma abordagem interdisciplinar trabalhando temas como Saúde da Mulher, Mulher e Mídia, Direito de família, Direito do Trabalho, a organização do Estado, a formação do patriarcado, entre outros. Ademais, busca-se a formação de multiplicadoras que orientem sua comunidade ou organização sobre como proceder perante violações de direitos humanos e violência, algumas promovidas pelo próprio Estado. Além do curso, as PLP subjetivam realizar trabalhos em comunidades, principalmente através de oficinas, sobre temas relevantes e emblemáticos às mulheres daquele contexto. Também pauta-se a necessidade de aproximação com os movimentos feministas e a incidência em políticas públicas e em órgãos públicos, bem como denúncias às violações de direitos humanos das mulheres.

14. DISCUTINDO DIREITO

Coordenação: Eneida Desiree Salgado

Resumo: Os adolescentes curitibanos se mostram afastados do debate político e revelam um desconhecimento dos direitos fundamentais, do texto constitucional e do papel dos órgãos de soberania. Essa falta de formação e informação leva, simultaneamente, à formação deficiente de uma concepção de cidadania, à ausência de incorporação do princípio republicano e um descaso em relação à democracia. A partir dessa percepção, o projeto apresenta alguns conceitos relacionados aos direitos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SECRETARIA DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO SETOR
DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

fundamentais e à organização do Estado, a fim de promover uma integração destes jovens cidadãos na discussão política para além do senso comum.

15. CENTRO DE APOIO AO PEQUENO EMPREENDEDOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR - 2ª EDIÇÃO

Coordenação: Marcia Carla Pereira Ribeiro

Resumo: O projeto destina-se à formação de consultores jurídicos empresariais e à criação de um Centro de Consultoria ao pequeno empreendedor na UFPR, tendo como metas (1) fornecer gratuitamente orientação aos micro e pequenos empresários com relação às formas de organização dos agentes econômicos; (2) e fortalecer a cultura do empreendedorismo dentro e fora da faculdade de direito, especialmente perante a comunidade mais carente, como fonte potencial de renda e sustento.

16. SAJUP- SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR

Coordenação: Ricardo Prestes Pazello

Resumo: O SAJUP - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular - é um projeto de extensão de estudantes de Direito criado em 2001, que tem como marco teórico o educador Paulo Freire, o qual concebe a educação popular como prática de libertação. Assim, a extensão seria um meio para a emancipação dos sujeitos. Na prática, isto se dá através da troca de experiências, do intercâmbio entre o saber universitário e o popular e da assessoria jurídica como uma das ferramentas possíveis para a luta por direitos. Atualmente, dedica-se à atividade comunicação com as comunidades faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba, que abarca Quitandinha e Mandirituba, e as atividades da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, a qual integra a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

17. DIREITO E CIDADANIA: A LUTA PELA MORADIA

Coordenação: Ricardo Prestes Pazello

Resumo: O projeto de extensão Direito e Cidadania: a luta pela moradia trabalha com a noção de extensão-comunicação popular, mais especificamente a partir da realização da prática da Assessoria Jurídica Universitária Popular (AJUP), tendo como foco de atuação comunidades que lutam pela garantia do direito fundamental à moradia.

Curitiba, 11 de maio de 2015

Karina Ferreira de Lima
*Secretaria das Atividades de Extensão
do Setor de Ciências Jurídicas*